

## ELABORAÇÃO DE UM PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO NA COLETA DE MATERIAL BIOLÓGICO PARA INVESTIGAÇÃO DE DNA

### ELABORATION OF A STANDARD OPERATING PROCEDURE IN THE COLLECTION OF BIOLOGICAL MATERIAL FOR DNA RESEARCH

### ELABORACIÓN DE UN PROCEDIMIENTO OPERACIONAL ESTÁNDAR EN RECOLECCIÓN DE MATERIAL BIOLÓGICO PARA INVESTIGACIÓN DE ADN

Adriani Izabel de Souza Moraes\*, Tatiane Veteri Coneglian\*, Maristela Aparecida Magri\*\*, Maria Claudia Parro\*\*\*

#### Resumo

**Introdução:** No estudo do DNA a análise é a prova mais utilizada nas ações de investigação de paternidade, maternidade e espólio. O procedimento operacional padrão (POP), no processo da coleta do material biológico assegura a qualidade, por meio da padronização das ações, garantindo, assim, a segurança e confiabilidade em todas as etapas do processo. **Objetivo:** Construir um protocolo de procedimento operacional padronizado para o processo de coleta de material biológico na investigação de paternidade por meio do exame de DNA. **Material e Método:** Estudo descritivo desenvolvido por meio da construção de um produto tecnológico, científico e educativo feito em três etapas, sendo: levantamento dos POPs disponíveis *on-line* sobre a temática, elaboração do POP e revisão ortográfica. **Resultados:** Elaborado um POP para processo de coleta de material biológico para exame de DNA com detalhamento das operações realizadas, de forma sequencial, clara e concisa. **Conclusão:** A elaboração do POP proporcionou a padronização do processo de coleta de material biológico em uma unidade descentralizada de coleta de material biológico para exame de DNA.

**Palavras-chave:** Enfermagem. DNA. Coleta de amostras de sangue.

#### Abstract

**Introduction:** In the study of DNA analysis is the most widely used evidence in the investigative actions of paternity, maternity and booty. The standard Operating procedure (POP), in the process of collecting the biological material ensures the quality, by means of the standardization of the actions, thus ensuring the safety and reliability in all stages of the process. **Objective:** To build a standardized operating procedure protocol for the process of collecting biological material in the paternity investigation by means of DNA examination. **Material and Method:** Descriptive study developed through the construction of a technological, scientific and educational product developed in three stages, being: Survey of POPs available online on the theme, elaboration of POP and spelling review. **Results:** Developed a POP for the process of collecting biological material for DNA examination with detailing of the operations performed, sequentially, clear and concise. **Conclusion:** the elaboration of POP provided the standardization of the process of collecting biological material in a decentralized unit of collection of biological material for DNA examination.

**Keywords:** Nursing. DNA. Blood samples collection.

#### Resumen

**Introducción:** En el estudio de la análisis del ADN es la evidencia más ampliamente utilizada en las acciones investigativas de la paternidad, de la maternidad y del booty. El procedimiento de funcionamiento estándar (POP), en el proceso de recolección del material biológico, garantiza la calidad, mediante la estandarización de las acciones, garantizando así la seguridad y fiabilidad en todas las etapas del proceso. **Objetivo:** Construir un protocolo estandarizado del procedimiento de funcionamiento para el proceso de recoger el material biológico en la investigación del paternity por medio de la examinación de la ADN. **Material y Método:** Estudio descriptivo desarrollado a través de la construcción de un producto tecnológico, científico y educativo desarrollado en tres etapas, siendo: encuesta de POP disponible en línea sobre el tema, elaboración de POP y revisión ortográfica. **Resultados:** Se desarrolló un POP para el proceso de recolección de material biológico para la examinación de ADN con detallamiento de las operaciones realizadas, secuencialmente, claras y concisas. **Conclusion:** La elaboración del POP proporcionó la estandarización del proceso de recolección de material biológico en una unidad descentralizada de recolección de material biológico para el examen de ADN.

**Palabras clave:** Enfermería. DNA. Recolección de muestras de sangre.

\* Discentes do Curso de Graduação em Enfermagem e do "Projeto DNA" do Centro Universitário Padre Albino (UNIFIPA), Catanduva-SP, Brasil.

\*\* Mestre em Enfermagem pela Faculdade de Medicina de Botucatu - UNESP, docente do Centro Universitário Padre Albino (UNIFIPA), Catanduva-SP, Brasil.

\*\*\*Doutora em Ciências da Saúde, Coordenadora do Curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário Padre Albino - UNIFIPA, Catanduva-SP, Brasil.

## INTRODUÇÃO

As mudanças acompanhadas pela revolução industrial trouxeram a substituição do trabalho humano manual pela força das máquinas. Dessa forma, o termo padronização passou a ser amplamente relatado, devido à necessidade de aumento da produção e da obtenção de produtos mais uniformes. A palavra padrão está relacionada àquilo que serve como base para verificação da obtenção dos resultados que se deseja alcançar. A compreensão do processo como um todo facilita a padronização da execução das tarefas. Sua representação de forma sistematizada, por meio de um fluxo ordenado descrito detalhadamente, permite o controle na execução<sup>1</sup>.

Na saúde, os resultados obtidos refletem a assistência prestada, que deve ser baseada nas necessidades do cliente<sup>2</sup>. Um exemplo de representação sistematizada é o Procedimento Operacional Padrão (POP), documento que descreve de forma sequencial cada uma das etapas cruciais que afetam diretamente o resultado final da tarefa, visando a atingir o resultado esperado<sup>1,3</sup>.

Sendo um documento que expressa o planejamento do trabalho repetitivo que deve ser executado para o alcance da meta padrão<sup>4</sup>, o POP deve contemplar itens como: objetivo, responsabilidade, aplicação, materiais necessários, cuidados especiais, procedimentos técnicos, resultados, ação corretiva ou plano de contingência, referências e anexos, devendo os operadores execução da tarefa em todas etapas de elaboração do POP, onde a equipe poderá avaliar e validar seus procedimentos<sup>5</sup>.

A temática segurança do paciente encontra-se intrinsecamente relacionada à qualidade dos cuidados prestados<sup>5</sup>. No Plano Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), em seu artigo 5º, inciso I, consta a elaboração e apoio à implementação de protocolos, guias e manuais de segurança do paciente<sup>6</sup>, preocupação que se estende a todo o procedimento de coleta e envio de material biológico para o reconhecimento de paternidade.

O direito de investigação da paternidade é considerado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, como um direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, de quem quer pesquisar sua verdadeira origem<sup>7</sup>.

Diante disso, transformando inúmeros conceitos relacionados ao reconhecimento do estado de filho, com a descoberta do DNA, sua análise tornou-se a prova mais

utilizada nas ações de investigação de paternidade<sup>8</sup>. Tal avanço ocasionou uma euforia para que ocorresse o exame direto do DNA<sup>9</sup>, uma vez que para suceder o exame e extrair o DNA as metodologias utilizadas são simples, e podem ser feitas por meio de amostras de sangue, esfregaços bucais, saliva, entre outros materiais biológicos<sup>10</sup>.

Com isso, no estado de São Paulo, as investigações de paternidade por meio de exame de DNA, são realizadas pelo Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (IMESC), desde 1997, e em unidades descentralizadas, tendo por atribuição realizar perícias de investigação de paternidade, maternidade e espólio por vínculo genético e elaborar os laudos das perícias realizadas<sup>11</sup>.

A implantação de uma unidade de coleta descentralizada na cidade de Catanduva-SP, sediada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), busca qualificar a assistência prestada, agilizar os processos de reconhecimento de paternidade não somente para a população do município, mas também da região.

Considerando a complexidade, a importância do resultado fidedigno e a ausência de erros na coleta de material biológico, evidenciou-se a necessidade da elaboração de um POP, com a finalidade de padronizar todo o processo de coleta de material biológico para a realização do exame de DNA, visando harmonizar os processos e garantir a qualidade por meio da padronização e a segurança<sup>5</sup>. Justifica-se assim o presente estudo e espera-se que o mesmo possibilite que os profissionais atuem de forma padronizada nos procedimentos que envolvem a coleta de material biológico.

## OBJETIVO

Foi objetivo deste estudo construir um protocolo de procedimento operacional padronizado para o processo de coleta de material biológico na investigação de paternidade por meio do exame de DNA.

## MATERIAL E MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo desenvolvido por meio da construção de um instrumento tecnológico, científico e educativo, denominado POP, para norteamento das ações da equipe que participa da entrevista e coleta

de material biológico na investigação de paternidade por meio do exame de DNA.

A construção do POP foi desenvolvida em três etapas. Na primeira etapa realizou-se um levantamento dos POPs disponíveis on-line sobre a temática e uma revisão da literatura, para embasar o referencial teórico e definir a elaboração dos itens e a construção do POP em toda sua dimensão<sup>12</sup>. Na sequência, na elaboração descreveu-se como realizar detalhadamente o procedimento bem como, o que deve ser feito na vigência de intercorrência, de forma que qualquer outro profissional que participe do projeto consiga realizar os procedimentos após a leitura do documento, seguindo assim um único modo operatório. Para descrever o procedimento utilizaram-se questões como quem são os responsáveis pela realização do processo, sendo estes os discentes do curso de Enfermagem do Centro Universitário Padre Albino e a docente responsável pelo Projeto. O objetivo do POP é descrever e padronizar as ações concernentes ao enfermeiro perito e aos discentes, responsáveis pela coleta, além das condições que todos os envolvidos na coleta deverão respeitar durante o processo. Após a elaboração do POP, foi realizada a terceira etapa, com a revisão ortográfica pela verificação do uso de linguagem clara e concisa, com o objetivo de produzir um documento de fácil entendimento e interpretação também pelos discentes participantes do projeto.

A formatação final do POP abrangeu, além das informações de execução do procedimento com ilustrações, requisitos para o início do procedimento de coleta, materiais utilizados, a descrição do procedimento, e o que deve ser vedado, como o uso de celular na sala de coleta, fotografias e a disseminação do que ocorre durante o procedimento.

## RESULTADO E DISCUSSÃO

Para o detalhamento do processo, foi executado o procedimento no âmbito da coleta a ser padronizada e descritas detalhadamente as operações realizadas. Assim conseguiu-se analisar e relatar possíveis dificuldades e intercorrências durante a atividade, bem como estabelecer quais ações devem ser adotadas nestes casos, conseguindo-se assim sanar problemas ou dúvidas do responsável pela realização do procedimento, quer seja do perito ou do coletor da amostra de sangue.

Após a realização de levantamento bibliográfico e adequações realizadas conforme a realidade vivenciada, foi elaborado o POP para processo de coleta de material biológico para exame de DNA, ficando estruturado com o cabeçalho, contendo o nome do Procedimento Operacional Padrão, sua numeração, edição, emissão e validade (Quadro 1), por conseguinte, os responsáveis pelo procedimento, o local, o objetivo do POP e a descrição do procedimento (Quadro 2), como mostrado a seguir:

**Quadro 1** - Estrutura para formulação do POP

<b>PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO - POP</b> Processo de coleta de material biológico para exame de DNA	<b>Nº: 01</b>
	<b>Edição: 1ª</b>
	<b>Emissão: .... Validade: .....</b>

**Quadro 2** - POP de orientação para execução do processo de coleta de material biológico para exame de DNA

<b>Quem:</b> Discentes e docentes do curso de Enfermagem do Centro Universitário Padre Albino.
<b>Onde:</b> Unidade Descentralizada para coleta de material biológico localizada no Centro Judiciário de Solução e Conflitos e Cidadania (CEJUSC).
<b>Quando:</b> No cumprimento da carta de custódia para reconhecimento de paternidade.
<b>Objetivo:</b> Descrever e padronizar o processo de coleta de material biológico que concerne ao enfermeiro perito e ao enfermeiro responsável pela coleta.
<b>Condições:</b> Todos os envolvidos no processo deverão estar presentes no horário estipulado pela carta de custódia.
<b>Materiais utilizados:</b> Cartão FTA, algodão, lancetas, luvas de procedimento, <i>swab</i> .
<b>DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO</b>
<b>COMPETE AO PERITO</b>
Receber as fichas de identificação já preenchidas pelo colaborador do CEJUSC, juntamente com os documentos dos periciandos (Carteira de Identidade (RG); Carteira de Trabalho; Carteira Profissional; Passaporte; Carteira de Identificação Funcional ou outro documento público que permita a identificação, conforme Lei Nº 12.037). Caso o periciando não esteja portando a documentação original obrigatória, deverá ser agendada nova data para a coleta.
Acolher a família e explicar como será realizado o procedimento da coleta (punção digital).

Continua na página seguinte

1. Conferir os documentos e o preenchimento da ficha de identificação, (caso a ficha de identificação contenha erros ou rasuras, deverá ser solicitado o preenchimento de nova ficha).
2. Verificar e confirmar a identidade da pessoa a ser submetida à coleta, pois a mesma deverá portar documento de identificação com foto, (nos casos de menores de idade, os mesmos deverão ser acompanhados pelo responsável legal; o qual deverá assinar como responsável no termo de coleta).
3. Fazer a conferência dos documentos com os dados que constam na ficha de identificação do periciando.
4. Realizar a identificação presencial do indivíduo através da coleta de impressões digitais e assinaturas.
5. Colar as etiquetas no cartão FTA, já com as siglas. Inserir as respectivas siglas ao lado dos círculos no cartão FTA.
6. Providenciar a assinatura do periciando (exceto menores de idade, que serão representados pelos seus legais), no cartão FTA;
7. Perguntar ao periciando se o mesmo foi submetido a transfusões sanguíneas nos últimos 90 dias ou Transplante de Medula Óssea, (nestes casos, é necessária a coleta adicional de células de mucosa oral).
8. Perguntar à mãe biológica se reconhece o indivíduo caracterizado como "filho(a)"; como seu filho(a) biológico.
9. Perguntar ao periciando se reconhece o indivíduo caracterizado como "mãe biológica" como mãe biológica do indivíduo caracterizado como "filho(a)".
10. Orientar as partes quanto ao prazo de três meses para o recebimento do resultado do exame.

#### COMPETE AO ENFERMEIRO

##### COLETA POR PUNÇÃO DIGITAL

1. Realizar higienização básica das mãos.
  2. Calçar luvas de procedimento.
  3. Confirmar o nome do periciando e verificar se este condiz ao do formulário eletrônico impresso e colado no cartão FTA.
  4. Solicitar ao periciando a conferência dos dados presentes no cartão FTA. Caso haja preenchimento incorreto das siglas no cartão FTA, é realizado preenchimento de um novo cartão FTA, e o incorreto é descartado na presença dos periciandos.
  5. Explicar o procedimento para o periciando, solicitando permissão para realizá-lo.
  6. Inspeccionar a polpa digital a ser selecionada para a punção digital.
  7. Realizar antisepsia do local de coleta.
  8. Realizar a punção digital por intermédio da lanceta, (penetrar num único movimento rápido a lanceta no local escolhido).
  9. Descartar lanceta no recipiente apropriado para a coleta de resíduo de material perfurocortante
  10. Aguardar a formação da gota de sangue.
  11. Depositar o sangue diretamente no respectivo círculo do cartão (não há necessidade preencher todo o círculo com sangue, pois três a cinco gotas de sangue são suficientes).
- OBS: Caso haja contaminação da área demarcada ou troca do respectivo campo delimitado ao periciando em questão do cartão FTA, este deverá ser descartado na presença dos periciandos e um novo cartão deverá ser preparado.
12. Pressionar o local com algodão para estancar o sangramento.
  13. Colocar o cartão FTA na mesa para secagem por 30 à 60 minutos.
  14. Assinar a ficha de identificação.

##### COLETA DE SANGUE DO PÉ (calcâneo)

A coleta de sangue do bebê só pode ser feita após o segundo dia de vida. Para que haja uma boa circulação de sangue nos pés da criança o calcanhar deve sempre estar abaixo do nível do coração. A mãe, o pai ou o acompanhante da criança deverá ficar de pé, segurando a criança na posição de arrote. O profissional que vai executar a coleta deve estar sentado, ao lado da bancada, de frente para o adulto que está segurando a criança.

1. Realizar higienização básica das mãos.
  2. Calçar luvas de procedimento.
  3. Manusear o cartão FTA, inserindo as respectivas siglas ao lado dos círculos.
  4. Confirmar o nome do periciando e verificar se este condiz ao do formulário eletrônico impresso, e colado no cartão FTA.
  5. Solicitar ao periciando (responsável) a conferência dos dados presentes no cartão FTA.
- OBS: Caso haja preenchimento incorreto das siglas no cartão FTA, é realizado preenchimento de um novo cartão FTA, e o incorreto é descartado na presença dos periciandos.
6. Explicar o procedimento (para o responsável), solicitando permissão para realizá-lo.
  7. Massagear bem o local, ativando a circulação. Certificar-se de que o calcanhar esteja avermelhado.
  8. Segurar o pé e o tornozelo da criança, envolvendo com o dedo indicador e o polegar todo o calcanhar, de forma a imobilizar, mas não prender a circulação.
  9. Realizar a antisepsia do calcanhar.
  10. Realizar a punção numa das laterais da região plantar do calcanhar.
  11. Penetrar num único movimento rápido a lanceta no local escolhido.
  12. Descartar lanceta no recipiente para coleta de resíduo e serviço de saúde e material perfurocortante
  13. Aguardar a formação da gota de sangue.
  14. Aproximar o cartão FTA da gota que se forma, na região demarcada para a coleta da criança (círculo). Deixar o sangue fluir naturalmente e de maneira homogênea no papel, evitando concentração de sangue (não preencha todo o círculo com sangue, três a cinco gotas de sangue são suficientes).
- OBS: Caso haja contaminação da área demarcada ou troca do respectivo campo delimitado ao periciando em questão do cartão FTA, este deverá ser descartado na presença dos periciandos e um novo cartão ser preparado.
15. Pressionar o local com algodão para estancar o sangramento.
  16. Colocar o cartão FTA na mesa para secagem por 30 à 60 minutos.
  17. Assinar a ficha de identificação

##### COLETA DE CÉLULAS DE MUCOSA ORAL

1. Realizar higienização básica das mãos;
2. Calçar as luvas de procedimento;
3. Manusear o cartão FTA, inserindo as respectivas siglas ao lado do círculo.
4. Confirmar o nome do periciando e verificar se este condiz ao do formulário eletrônico impresso, e colado no cartão FTA.
5. Solicitar ao periciando a conferência dos dados presentes no cartão FTA.

Continua na página seguinte

OBS: Caso haja preenchimento incorreto das siglas no cartão FTA, é realizado preenchimento de um novo cartão FTA e o incorreto é descartado na presença dos periciandos.

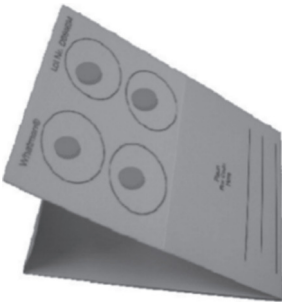
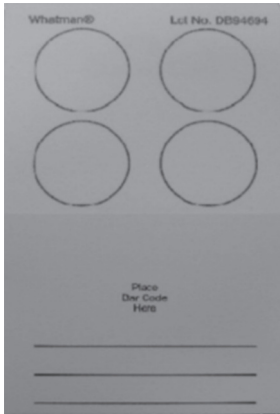
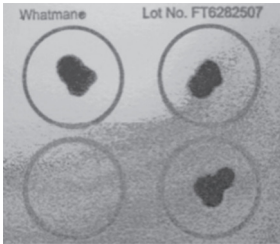
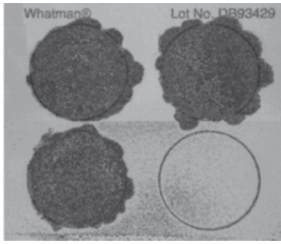
6. Explicar o procedimento, solicitando permissão para realizá-lo.
  7. Friccionar o *swab* contra as paredes internas de ambas as bochechas, com movimentos como se estivesse raspando/girando na superfície. O recomendado é que se friccione o mesmo *swab* 10 vezes em cada uma das bochechas.
  8. Colocar a ponta do *swab* entre o cartão FTA e pressionar para que ocorra a absorção do material biológico para o cartão.
- OBS: Caso haja contaminação da área demarcada ou troca do respectivo campo delimitado ao periciando em questão do cartão FTA, este deverá ser descartado na presença dos periciandos e um novo cartão ser preparado.
9. Assinar a ficha de identificação.

**COMPETE A PERITA, APÓS TÉRMINO DO PROCEDIMENTO DE COLETA**

1. Identificar a embalagem, com a etiqueta gerada no início do processo.
2. Colocar o cartão FTA dentro da embalagem que contém o sachê dessecante.
3. Fechar a embalagem.
4. Acondicionar todo material, guardar em segurança até retirada pelo representante do IMESC.

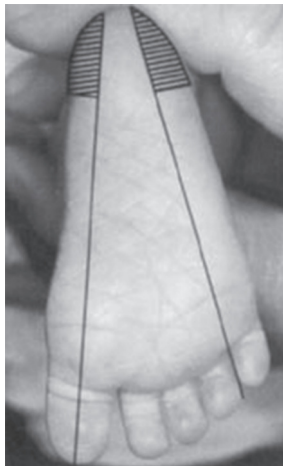
**COMPLEMENTO:**

**Cartão de FTA**

<p>Posição de secagem</p> 	<p>Círculos do Cartão FTA</p> 	<p>Quantidade CORRETA de sangue</p> 	<p>Excesso de sangue – ERRADO</p> 
--	--	--	---

**Coleta na região do calcâneo**

Região indicada para a punção



**Coleta de células de mucosa oral**



**SIGLAS E SEUS SIGNIFICADOS**

**Casos trios:**

- PReg: Pai de registro
- M: Mãe
- F1: Filho questionado 1; numerar quantos houver
- SP1: suposto pai 1; numerar quantos houver
- MReg: Mãe de registro (para casos de teste de maternidade)
- SM: Suposta mãe (quando não houve o seu registro no documento do filho questionado)

**Casos de espólio- suposto pai falecido:**

- FBSP1: Filho biológico 1 do suposto pai falecido; numerar quantos houver
- MFB: Mãe do filho biológico do suposto pai falecido

ISP1: Irmão 1 do suposto pai falecido; numerar quantos houver  
 MSP: Mãe do suposto pai falecido  
 PSP: Pai do suposto pai falecido

**Casos de espólio - pai de registro falecido:**

PPReg: Pai do pai de registro falecido  
 MPReg: Mãe do pai de registro falecido  
 FBPRReg1: Filho biológico 1 do pai de registro falecido; numerar quantos houver  
 IRPRReg1: Irmão 1 do pai de registro falecido

**Casos de espólio - suposta mãe falecida:**

MSM: Mãe da suposta mãe falecida  
 PSM: Pai da suposta mãe falecida  
 ISM1: Irmão 1 da suposta mãe falecida; numerar quantos houver  
 FBSM1: Filho biológico 1 da suposta mãe falecida; numerar quantos houver

**Resultado esperado:** Que todas as amostras sejam coletadas com êxito.

**Vedado:** Uso de celulares, fotografias e disseminação do que ocorre na coleta.

**Consequência caso não atinja o esperado:** Todo o processo se atrasa, tendo que reiniciá-lo novamente.

**O que fazer caso não atinja o esperado:** É feita outra intimação pelo juiz e convocados os interessados a uma nova coleta.

Minimamente, um POP deve conter instruções sequenciais das execuções e sua frequência, sendo especificado qual pessoa será responsável pela execução, assim como deverá conter também os materiais utilizados em cada tarefa. Uma vez que as diversidades de saberes podem ocasionar diferentes formas de execução das atividades, alterando técnicas eficazes, tais perdas podem ser resgatadas através dos POPs<sup>13</sup>.

Ademais, quando se realizam procedimentos, podem estar presentes o medo e a apreensão. Dessa forma, empregar padrões técnicos consiste em viabilizar numa maneira de uniformizar e possibilitar a segurança na execução do procedimento, pois a padronização garante a manutenção da qualidade. Os POPs asseguram aos pacientes um tratamento planejado e, sendo um instrumento de consulta, permitem a junção das informações de maneira sistematizada, cuja principal finalidade é o esclarecimento e a orientação na execução das ações<sup>14</sup>.

## CONCLUSÃO

A padronização na execução da coleta de material biológico por meio do POP é uma importante forma de

estandardizar, garantindo a uniformidade dos resultados e o atendimento segundo critérios de qualidade assistenciais. A segurança do paciente, no caso dos periciandos, é inerente à obtenção da assistência qualificada, sendo um de seus pilares, aliás necessária e indispensável para o atendimento das necessidades daqueles que procuram atendimento do CEJUSC.

A construção do POP proporcionou aos discentes envolvidos neste trabalho uma visão ampla e detalhada de todo o processo de coleta, bem como das possíveis intercorrências, também o desenvolvimento da capacidade de adaptação e antecipação às possíveis falhas. A preocupação com a segurança ocupacional dos discentes também foi alvo do estudo, possibilitando criar uma cultura de segurança na execução das tarefas.

A existência de diretrizes claras, de fácil entendimento e de conhecimento de todos os envolvidos proporcionou segurança e tranquilidade aos discentes, e, conseqüentemente, confiabilidade aos periciandos no processo de coleta. Os resultados obtidos no estudo desmonstram a importância da utilização de POP como ferramenta de gestão em todo processo de coleta de material biológico para análise de DNA.

## REFERÊNCIAS

- Guerrero GP, Beccaria LM, Trevizan MA. Procedimento operacional padrão: utilização na assistência de enfermagem em serviços hospitalares. *Rev Latino-Am Enferm*. 2008; 16(6): 966-72.
- Faraco MM, Albuquerque GL. Auditoria do método de assistência de enfermagem. *Rev Bras Enferm*. 2004; 57(4):421-4.
- Barbosa CM, Mauro MFZ, Cristóvão SAB, Mangione JA. A importância dos procedimentos operacionais padrão (POPs) para os centros de pesquisa clínica. *Rev Assoc Med Bras*. 2011; 57(2):134-5.
- Lousana G. Procedimento operacional padrão (POP) e sua importância na garantia de qualidade do centro de pesquisa. In: Lousana G. *Boas práticas clínicas nos centros de pesquisa*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Revinter; 2008.
- Félix RS, Zamberlan C, Backes DS, Filippin NT. Construção de procedimento operacional padrão na identificação do recém-nascido com uso de pulseira. *Disciplinarum Scientia*. 2016; 17(1):145-52.
- Ministério da Saúde (BR). Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013. Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). [Internet]. [citado em 22 mar. 2017]. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529\\_01\\_04\\_2013.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html)

7. Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. [Internet]. [citado em 22 mar. 2017]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)
8. Bortolotto CSR. O exame de DNA e sua influência nas ações de investigação de paternidade. *Direito Justiça*. 2005; 31(2):41-89.
9. Fetzner F. Investigação de paternidade: presunção relativa em caso de negativa à perícia em DNA. 2010. [Internet]. [citado em 20 jan. 2017]. Disponível em: [http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2010\\_2/fernanda\\_fetzner.pdf](http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2010_2/fernanda_fetzner.pdf)
10. Vieira GSV, Tavares CAP, Bouchardet FCH. Análise de DNA em odontologia forense. *Arq Bras Odontol*. 2010; 6(2):64-70.
11. Governo do Estado de São Paulo Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo. Núcleo de Perícias Laboratoriais. [Internet]. [citado em 22 mar. 2017]. Disponível em: <http://www.imesc.sp.gov.br/>
12. Alexandre NMC, Coluci MZO. Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2011; 7(16):3061-8.
13. Ferreira EP. Implementação do protocolo operacional padrão da central do SAMU Amapá - operacionalizando o serviço. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina; 2017.
14. Theobald MR. Procedimento operacional padrão no manejo de cateter totalmente implantado no setor de oncologia do hospital regional de Mato Grosso do Sul. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina; 2014.

## HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIAS CONTRA PARCEIRAS ÍNTIMAS: ESTUDO COM POLICIAIS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL, BRASIL

MEN AS AUTHORS OF VIOLENCE AGAINST INTIMATE PARTNERS: STUDY WITH MILITARY COPS OF THE FEDERAL DISTRICT, BRAZIL

HOMBRES AUTORES DE VIOLENCIA CONTRA PAREJAS ÍNTIMAS: ESTUDIO CON POLICIALES MILITARES DEL DISTRITO FEDERAL, BRASIL

Leides Barroso Azevedo Moura\*, Renata Braz das Neves Cardoso\*\*

### Resumo

**Introdução:** A violência contra a mulher compreende atos praticados em ambiente público ou privado em diversos contextos do cotidiano. **Objetivo:** Analisar as violências contra parceiros íntimos, praticadas por policiais militares do Distrito Federal, Brasil. **Material e Método:** Estudo censitário envolvendo policiais militares que responderam sindicância no período de 2012 a 2014, de abordagem mista com análise de processos administrativos de sindicância da população de policiais militares do sexo masculino como autores de violência contra suas parceiras íntimas e com análise do fluxo do processo de sindicância por intermédio da pesquisa documental. **Resultados:** O estudo identificou a maioria dos agressores na faixa etária de 42 anos ou mais (55,7%), casados ou em união estável (58,8%), com tempo de relacionamento superior a dez anos (51,9%), escolaridade correspondente ao ensino básico completo (53,3%) e de cor preta/parda (67,3%). Não houve relação entre a prática de violências contra suas parceiras íntimas (VPI) e histórico de outros crimes e de indisciplina na corporação ( $p>0,5$ ). Observou-se um diálogo com o referencial teórico na perspectiva da cultura organizacional, no que diz respeito aos mitos e ritos introjetados na formação policial, sobretudo nos policiais militares com mais tempo de corporação. **Conclusões:** A população estudada era exclusivamente do sexo masculino, com a maioria dos agressores de suas parceiras em situação de conjugalidade superior a dez anos, com policiais de escolaridade baixa correspondente ao ensino básico completo e de cor preta/parda.

**Palavras-chave:** Violência. Policial. Mulher. Gênero.

### Abstract

**Introduction:** Violence against women includes acts practiced in a public or private environment, and in different contexts of everyday life. **Objective:** To analyze the violence against intimate partners, practiced by military cops of the Federal District, Brazil. **Material and Methods:** It is a census study involving military cops who answered to a disciplinary protocol in the period from 2012 through 2014. The research used a mixed approach, with an analysis of the administrative processes of male military cops as authors of violence against their intimate partners and with analysis of the flow of the investigation process using documentary research method. **Results:** The study identified the majority of aggressors in the age group of 42 years or older (55.7%), married or in stable union (58.8%), with a relationship time of more than ten years (51.9%), instruction level of just complete elementary school (53.3%) and self-declared black / brown as skin color (67.3%). There was no relationship between the practice of violence against intimate partners and the history of other crimes, neither indiscipline acts inside the corporation ( $p>0.5$ ). Discussion: It was observed a dialogue with the theoretical reference from the perspective of organizational culture, with respect to the myths and rites introjected in the police formation, especially in the military cops with more time of corporation. **Conclusions:** The studied population was exclusively male, with most of the aggressors of their partners in situations of conjugality of more than 10 years, with police officers of low level of education, corresponding to complete elementary school and black/brown as skin color.

**Keywords:** Violence. Police. Women. Gender.

### Resumen

**Introducción:** La violencia contra la mujer comprende actos practicados en ambiente público o privado y, en diversos contextos de lo cotidiano. **Objetivo:** Analizar las violencias contra compañeros íntimos practicados por policías militares del Distrito Federal, Brasil. **Material y Método:** Estudio censitario que involucra a policías militares que respondieron a la sindicación en el período de 2012 a 2014, de enfoque mixto con análisis de procesos administrativos de sindicación de la población de policías militares del sexo masculino como autores de violencia contra sus parejas íntimas (VPI) y con análisis del flujo del proceso de sindicación por intermedio de la investigación documental. **Resultados:** El estudio identificó a la mayoría de los agresores en el grupo de edad de 42 años o más (55,7%), casados o en unión estable (58,8%), con tiempo de relación superior a diez años (51,9%), escolaridad correspondiente a la enseñanza básica completa (53,3%) y de color negro / parda (67,3%). No hubo relación entre la práctica de VPI e histórico de otros crímenes y de indisciplina en la corporación ( $p > 0,5$ ). **Discusión:** Se observó un diálogo con el referencial teórico en la perspectiva de la cultura organizacional, en lo que se refiere a los mitos y ritos introjetados en la formación policial, sobre todo en los policías militares con más tiempo de corporación. **Conclusiones:** La población estudiada era exclusivamente del sexo masculino, con la mayoría de los agresores de sus parejas en situación de conyugalidad superior a diez años, con policías de escolaridad baja correspondiente a la enseñanza básica completa y de color negro / parda.

**Palabras clave:** Violencia. Policía. Mujeres. Genero.

\*Doutora em Ciência da Saúde; Professora associada da Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF. Contato: leidesm74@gmail.com

\*\*Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional-UnB. Instituto Superior de Ciências Policiais, Brasília-DF, Brasil. Contato: renatabraz22@gmail.com



## INTRODUÇÃO

Entre os problemas sociais identificados global e localmente pelos grupos sociais, pelo Estado e pelas organizações, encontramos as violências praticadas contra mulheres. Inúmeros são os registros e relatos de tal prática que responsabilizou o legislador brasileiro, a partir dos movimentos sociais, especialmente os movimentos feministas, a desenvolver uma legislação específica para tratar o tema. A Lei Maria da Penha (LMP) surge como instrumento emblemático com a finalidade de salvaguardar os preceitos de direitos humanos, bem como implementar políticas públicas não apenas voltadas para reprimir os atos violentos, mas também para propor articulação de todo um sistema público de enfrentamento das violências contra mulheres<sup>1</sup>.

As violências praticadas contra as mulheres por parceiros íntimos têm se tornado menos "invisibilizadas"<sup>2</sup>. Pesquisa aponta ainda que a população percebe que as violências contra mulheres à luz da LMP transcendem episódios de violência física e perpassam também as violências psicológica, moral, patrimonial e tantas outras<sup>3</sup>.

Narrativas de violências presentes no cotidiano dos grupos populacionais são imagens distorcidas e heranças de todo um processo histórico de violação da condição humana, inclusive do modelo patriarcal oriundo do processo histórico cultural brasileiro, que também por sua vez condicionou a posição de inferioridade da mulher no contexto social. Segundo Bourdieu<sup>4</sup>, as bases da violência simbólica residem "nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem", ou seja, as mudanças necessárias não são apenas de consciências e vontades, mas principalmente a partir de transformação social institucional e intersetorial<sup>5</sup>.

Espera-se que a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) ocupe uma posição de vanguarda no Brasil, induza processos de mudança nos padrões que mantêm a iniquidade de gênero e um *ethos* que impeça o avanço na promoção dos direitos das mulheres. Nesse contexto, a pesquisa objetiva analisar as situações de violências contra parceiras íntimas de policiais militares.

## MÉTODO

Trata-se de um estudo transversal, de caráter exploratório, com análise de base de dados secundários de processos administrativos de sindicância da população

de policiais militares do sexo masculino da PMDF, como Homens Autores de Violências (HAV) praticando violências contra suas parceiras íntimas (VPI).

O primeiro aspecto metodológico analisado foi o corte temporal do estudo. Desta forma, foi escolhido o período compreendido do ano de 2012 a 2014, para analisar os procedimentos administrativos de sindicâncias, referentes às VPI praticadas por membros da corporação da PMDF. Esse período foi escolhido em razão da implementação da Instrução Normativa - IN 003/2011, do Departamento de Controle e Correição da Polícia Militar do Distrito Federal - DCC/PMDF, instrumento regulador das normas de conduta adotadas pela corporação em razão da prática de violência contra a mulher por seus agentes, bem como a codificação específica como tipo para apurar disciplinarmente tal conduta.

A partir do corte temporal, foi estabelecida a análise documental dos procedimentos administrativos de sindicância do período, bem como foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre trabalhos acadêmicos envolvendo a temática das VPI, sendo constatada a escassez de trabalhos publicados sobre a questão.

A pesquisa apresenta uma abordagem mista, pois envolve análise de base de dados secundários do DCC/PMDF, com abordagem quantitativa, por intermédio do método da estatística descritiva e análise do fluxo do processo de sindicância com abordagem qualitativa, por intermédio da pesquisa documental.

A PMDF possui em seu efetivo serviço ativo 15.407 policiais militares, sendo 14.063 do sexo masculino e 1.344 do sexo feminino. Por se tratar de um estudo de base populacional, foi realizado um censo, no qual foi investigada toda a população de policiais militares do sexo masculino que respondeu a procedimento administrativo disciplinar de sindicância, para apurar a prática de violência doméstica. Os dados foram coletados na PMDF, por intermédio da análise dos procedimentos administrativos de sindicância, instaurados no período compreendido nos anos de 2012, 2013 e 2014, totalizando assim 264 sindicâncias. Apenas uma das 264 sindicâncias apresentava a mulher como autora de violência.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário, o qual foi dividido em seis seções de análise, estabelecidas da seguinte maneira: Dados pessoais do policial militar; Dados profissionais do policial militar; Dados

da vida pregressa do policial militar; Dados da violência; Dados da sindicância; Dados da pessoa agredida.

A análise dos dados ocorreu por meio do programa SPSS versão 21.1.

Considerando os aspectos éticos, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (CAAE 49432215.0.0000.0030).

## RESULTADOS

A Tabela 1 descreve o quantitativo do efetivo

da corporação de policiais militares do sexo masculino e feminino, separados por postos e graduações no Distrito Federal. Observou-se que dos cargos de oficiais superiores, os quais atuam na área de gestão da instituição, 92,5% são exercidos por oficiais do sexo masculino e apenas 7,5% por oficiais do sexo feminino. O quadro de oficiais da PMDF é composto por 88,4% de oficiais do sexo masculino, enquanto o quadro das praças, 91,4% são policiais do sexo masculino e apenas 8,6% do sexo feminino.

**Tabela 1** - Número de policiais militares na ativa por postos e graduações da PMDF, Brasília-DF, 2015 (N= 14.367)

	Sexo			
	Masculino		Feminino	
	N	%	N	%
<b>Posto</b>				
Círculo dos oficiais superiores	408	92,5	33	7,5
Coronel	49	100,0	0	0,0
Tenente coronel	99	92,5	8	7,5
Major	260	91,2	25	8,8
Oficial intermediário	288	89,2	35	10,8
Capitão	288	89,2	35	10,8
Oficial subalterno	318	83,0	65	17,0
1º Tenente	53	77,9	15	22,1
2º Tenente	227	86,6	35	13,4
Aspirantes à oficial	38	73,1	14	26,9
Cadete	0	0,0	1	100,0
Total de oficiais	1014	88,4	133	11,6
<b>Graduações das praças</b>				
Subtenente	592	94,3	36	5,7
1º Sargento	1854	91,3	177	8,7
2º Sargento	1975	92,2	166	7,8
3º Sargento	2804	97,5	73	2,5
Cabo	2446	92,5	199	7,5
Soldado	2442	84,3	456	15,7
Total de praças	12113	91,6	1107	8,4
<b>Total</b>	<b>13127</b>	<b>91,4</b>	<b>1240</b>	<b>8,6</b>

Fonte: site PMDF, 2015.

A Tabela 2 apresenta o perfil dos policiais militares que responderam a procedimento administrativo de sindicância. Observa-se que a idade dos policiais variou entre 18 e acima de 46 anos, todavia a maior proporção foi na faixa etária acima de 42 anos ou mais (55,7%), e a menor foi de 18 a 30 anos (7,2%). A maioria dos

policiais era casada ou em união estável (58,8 %). No quesito tempo de relacionamento, 51,9% tinham mais de 10 anos de relacionamento com o parceiro íntimo e 10% tinham relacionamentos com tempo inferior a 2 anos de convivência. Quanto à escolaridade dos policiais, evidenciou-se que 100% eram alfabetizados,

sendo 53,3% com educação básica completa e 38,3% com ensino superior completo. Quanto à cor, identificou-se que 67,3% eram pretos e pardos.

**Tabela 2** - Perfil do censo dos policiais militares que responderam a procedimento administrativo de sindicância no período de 2012/2014 na PMDF, Brasília-DF, 2015

Variáveis	N	% válida
<b>Idade</b>		
18 a 30 anos	19	7,2
31 a 42 anos	98	37,1
Acima de 43 anos	147	55,7
Em branco	0	0,0
<b>Total</b>	<b>264</b>	<b>100,0</b>
<b>Estado civil</b>		
Solteiro	43	16,4
Casado	119	45,4
União estável	35	13,4
Viúvo	0	0,0
Separado	65	24,8
Em branco	2	0,0
<b>Total</b>	<b>264</b>	<b>100,0</b>
<b>Escolaridade</b>		
Educação básica	89	53,3
Ensino superior incompleto	14	8,4
Ensino superior completo	64	38,3
Em branco	97	0,0
<b>Total</b>	<b>264</b>	<b>100,0</b>
<b>Raça/cor</b>		
Branca	85	32,7
Preta	22	8,5
Parda	153	58,8
Amarela	0	0,0
Indígena	0	0,0
Em branco	4	0,0
<b>Total</b>	<b>264</b>	<b>100,0</b>
<b>Tempo de relacionamento</b>		
Até 2 anos	21	9,9
3 a 5 anos	47	22,2
6 a 10 anos	34	16,0
Mais de 10 anos	110	51,9
Em branco	52	0,0
<b>Total</b>	<b>264</b>	<b>100,0</b>

Quanto ao perfil profissional do policial militar que respondeu a procedimento administrativo de sindicância, 67,1% estavam no exercício da atividade

operacional, 20,9% em atividade administrativa, 8,5% na reserva e reformados e 3,5% na condição de agregados, servidores cedidos para o exercício de função diversa. Quanto ao tempo de serviço na corporação, 55,2% possuem mais de 21 anos de serviço e apenas 7,3% até 10 anos de serviço (Tabela 3).

**Tabela 3** - Perfil da atuação profissional do policial militar que praticou VPI no período de 2012 - 2014 na PMDF, Brasília, 2015.

Variáveis	N	%
<b>Tempo de serviço</b>		
Até 10 anos	19	7,3
11 a 20 anos	98	37,5
Acima de 21 anos	144	55,2
Em branco	3	0,0
<b>Total</b>	<b>264</b>	<b>100,0</b>
<b>Posto/graduação</b>		
Soldado	19	7,3
Cabo	61	23,3
Sargento	148	56,5
Subtenente	10	3,8
Oficial subalterno	6	2,3
Oficial intermediário	8	3,1
Oficial superior	10	3,8
Em branco	2	0,0
<b>Total</b>	<b>264</b>	<b>100,0</b>
<b>Atividade de policial que exerce</b>		
Atividade operacional	173	67,1
Atividade administrativa	54	20,9
Agregado	9	3,5
Reserva/reformado	22	8,5
Em branco	6	0,0
<b>Total</b>	<b>264</b>	<b>100,0</b>

A Tabela 4 demonstrou que no aspecto história da vida pregressa do policial militar que respondeu a procedimento administrativo de sindicância, 69,7%, não haviam respondido a qualquer outro tipo de processo criminal, enquanto 30,3% já haviam respondido criminalmente por outros processos de violência contra parceiras íntimas, configurando casos progressos de responsabilização criminal. Quanto à violência contra parceira íntima, 81,1% nunca haviam respondido anteriormente por esse tipo de crime, sendo que 18,9%, já responderam em outra oportunidade por essa violência. No quesito disciplinar, 51,6% já foram punidos disciplinarmente em algum momento da carreira, enquanto 48,4% nunca foram punidos.

**Tabela 4** – História pregressa do policial militar que respondeu procedimento administrativo e sindicância por VPI no período de 2012-2014 na PMDF, Brasília-DF, 2015

Variáveis	N	%
<b>Já respondeu em outra oportunidade por violência doméstica</b>		
Sim	48	18,9
Não	206	81,1
Em branco	10	0,0
Total	264	100,0
<b>Histórico de indisciplina na corporação</b>		
Não	125	48,4
Sim	133	51,6
Em branco	6	0,0
Total	264	100,0
<b>Já cometeu outro crime que não seja a violência doméstica</b>		
Sim	77	30,3
Não	177	69,7
Em branco	10	0,0
Total	264	100,0
<b>Histórico prévio de episódio de violência doméstica</b>		
Sim	48	18,9
Não	206	81,1
Em branco	10	3,8
Total	264	100
<b>Histórico de indisciplina na corporação</b>		
Sim	133	51,5
Não	125	48,4
Em branco	6	2,3
Total	264	100
<b>Histórico criminal</b>		
Sim	77	30,3
Não	177	69,7
Em branco	10	3,8
<b>Total</b>	<b>264</b>	<b>100</b>

A Tabela 5 apresenta o resultado dos testes de correlações entre as seguintes variáveis do "histórico de disciplina na corporação".

Apenas o primeiro teste foi estatisticamente significativo a um nível de 5%. No entanto, apesar da existência da correlação entre as variáveis, essa é considerada fraca, pois o coeficiente de contingência, que é baseada no qui-quadrado útil para mensurar a força entre correlações estatísticas, ficou abaixo de 0,25.

O estudo realizou pesquisa documental e analisou todas as sindicâncias segundo procedimentos que deveriam ter sido adotados em caso de notificação de ocorrência de prática de violência doméstica por policial militar. Constatou-se que 50,4% dos policiais militares que

responderam a procedimento administrativo de sindicância cumpriram a instrução normativa da corporação.

Quanto ao perfil das mulheres agredidas, observou-se que 59,1% estão na faixa etária de 31 a 42 anos, 23,8% com idade abaixo de 30 anos e 17,1% acima de 42 anos. Acerca da escolaridade, 44,7% delas possuíam ensino médio, 29,7% ensino superior completo, 14,5% ensino superior incompleto e 15,2% ensino fundamental. Sobre o tipo de renda, aproximadamente dois terços (65,3%) possuem renda própria, 34,4% são financeiramente dependentes do agressor e 2,5% são policiais militares da PMDF.

**Tabela 5** – Tabela cruzada de correlação das variáveis histórico de disciplina, com cometimento de crime, no período de 2012/2014 na PMDF, Brasília-DF, 2015

<b>Já cometeu outro crime que não seja a violência doméstica</b>				
	Sim	Não	Total	P valor
Histórico de indisciplina na corporação				,000
Não	22	98	120	
Sim	54	77	131	
Total	76	175	251	
<b>Já respondeu em outra oportunidade por violência doméstica</b>				
Histórico de indisciplina na corporação				,285
Não	18	100	118	
Sim	27	105	132	
Total	45	205	250	
<b>Já respondeu em outra oportunidade por violência doméstica</b>				
Já cometeu outro crime que não seja a violência doméstica				,533
Não	16	60	76	
Sim	31	144	175	
Total	47	204	251	

## DISCUSSÃO

Segundo os estudos de Dalal et al.<sup>6</sup>, os homens acima de 40 anos são duas vezes mais inclinados a abusar fisicamente de suas esposas. O resultado corroborou com pesquisas que ressaltam que as mulheres são as maiores vítimas da violência intrafamiliar (94,1%,) que 63,2% dos agressores são os cônjuges<sup>7</sup> e que produzem impactos na saúde<sup>8</sup>.

Quanto aos aspectos relativos ao perfil profissional, a maioria dos policiais que responderam a procedimentos administrativos de sindicância por VPI já possuíam um maior tempo de serviço na corporação, inclusive estabilidade funcional com tempo de 21 a 30 anos de serviço. Observou-se um diálogo com o referencial teórico na perspectiva da cultura organizacional<sup>9</sup>, no que diz respeito aos mitos e ritos introjetados na formação, sobretudo nos policiais militares com mais tempo de corporação, cujas configurações de gênero e pressões sofridas podem resultar em abalos psicológicos que, por conseguinte, também podem fomentar uma cultura violenta<sup>10</sup>. Verificou-se relação quando o policial que responde a procedimento administrativo de sindicância em algum momento de sua carreira também cometeu outro tipo de transgressão da disciplina ou crime. Pode significar

também um maior destemor em ser punido por se sentir como instrumento especializado de aplicação da lei e, portanto, acima dela, ou mesmo em detrimento de um baixo controle social de seus comportamentos violentos por parte da corporação em decorrência de uma cultura policial militar permeada por um "ethos guerreiro"<sup>11</sup>.

O instrumento normativo da Polícia Militar é coercitivo e determina à autoridade policial, ciente do envolvimento de policial militar em ato de violência doméstica e/ou familiar, a instauração imediata de sindicância para apurar a conduta do policial, o afastamento do policial militar de toda e qualquer atividade operacional e a apresentação do policial militar para avaliação psiquiátrica, o recolhimento da arma da corporação e, se for o caso, o recolhimento junto à reserva de armamento da corporação da arma particular do servidor, se este a possuir também. Entretanto, verificou-se que essa atividade é pontual e, para o enfrentamento da violência, é necessário que seja sistêmica, com inscrição simbólica no *ethos* da corporação<sup>11</sup>.

Quanto ao tipo de atividade policial exercida, com predomínio da atividade operacional, percebe-se o reforço da masculinidade pelo exercício da atividade fim, ou seja, a ressignificação e manutenção da violência simbólica<sup>4</sup>

do homem sobre a mulher, internalizado e agregado ao espaço público e privado, em detrimento do corpo feminino e reforçando a ordem social organizada pelos valores sexistas.

A prática de VPI cometida por policial militar merece atenção na agenda de enfrentamento de violências contra mulheres, tanto nas pautas da segurança pública quanto nas da saúde pública. Na vigência do estado democrático de direito, as instituições públicas, sejam elas civis ou militares, no exercício de suas atividades, devem atuar de maneira a envidar esforços e mecanismos de efetivação do arcabouço normativo da LMP, a legislação específica na coibição das violências no ambiente familiar e na defesa do direito das mulheres a uma vida livre de violências.

## CONCLUSÕES

O estudo identificou que a população era exclusivamente do sexo masculino, com a maioria dos agressores de suas parceiras casados ou em união estável, com tempo de relacionamento superior a dez anos, com escolaridade correspondente ao ensino básico completo e compostapor policiais de cor preta/parda.

Diante dos resultados, observa-se a limitação

desta pesquisa ao se restringir a uma única corporação policial militar e a escassez de estudos a fim de possibilitar análises e comparações. Neste sentido, a pesquisa não pretende esgotar o tema, mas sim colaborar para um maior desvelamento sobre ele e incentivar a elaboração de novos estudos, sejam eles para criação de bancos de dados dos crimes de violências contra mulheres praticados por agentes do Sistema de Segurança Pública, para adequação das normas vigentes às normas de proteção aos Direitos Humanos, para formação profissional ou para suprir a necessidade de implantação e acompanhamento de matriz curricular que promova equidade de gênero na formação policial.

Pesquisas com abordagem qualitativa e escuta sensível de agressores e agredidos podem auxiliar a decifrar as subjetividades e instrumentalidades racionais das VPI no cotidiano de policiais que, ao mesmo tempo em que são acionados para atender mulheres em situação de violências, colhem denúncia dos crimes tipificados pela LMP e realizam prisão dos agressores, também são os protagonistas das violências praticadas contra suas parceiras nas relações íntimo-afetivas.

## REFERÊNCIAS

1. Tavares LA, Campos CH. A Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher "convenção de Belém do Pará" e a Lei Maria da Penha. *Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*. 2018; 6(3):9-18.
2. Moura LBA, Lefevre F, Moura V. Narratives of intimate partner violence practiced against women. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2012; 17(1):1025-35.
3. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Sistema de Indicadores de Percepção Social. Tolerância social à violência contra as mulheres. [Internet]. 2014 [citado em 26 mar. 2018]. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327\\_sips\\_violencia\\_mulheres.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf)
4. Bourdieu P. A Dominação masculina. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2012.
5. García-Moreno C, Temmerman M. Commentary: Actions to end violence against women: a multi-sector approach. *Glob Public Health* [Internet]. 2015 [citado em 26 mar. 2018]; 10(2):186-8. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17441692.2014.986163>
6. Dalal K, Rahman F, Jansson B. Wife abuse in rural Bangladesh. *J Biosoc Sci*. 2009; 41(5):561-73.
7. Brasil. Secretaria de Políticas para Mulheres. I plano de desenvolvimento de políticas para mulheres. Brasília, DF: PDPM; 2014.
8. Guimarães RCS, Soares MCS, Santos RC, Moura JP, Freire TVV, Dias MD. Impacto na autoestima de mulheres em situação de violência doméstica atendidas em Campina Grande, Brasil. *Rev Cuid* [Internet]. 2018 [citado em 24 mar. 2018]; 9(1):1988-97. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S221609732018000101988&lng=en](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S221609732018000101988&lng=en)
9. Hofstede G. *Cultures and organizations: software of the mind*. New York: McGraw Hill; 2005.
10. Brasil. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Mulheres nas instituições de segurança pública: estudo técnico nacional. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília, DF: Ministério da Justiça, SENASP; 2013.
11. Zaluar A. Sociability in crime Culture, form of life or ethos. *Vibrant, Virtual Braz. Anthr* [Internet]. 2014 [citado em 24 mar. 2018]; 11(2):14-46. Disponível em: <http://www.vibrant.org.br/issues/v11n2/alba-zaluar-sociability-in-crime-culture-form-of-life-or-ethos/>